

TJ determina bloqueio de bens de ex-secretário e servidores de SP

Medida atende pedido do MP em investigação sobre contratos do Melhor Caminho

Divulgação/GESP

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou o bloqueio de bens de investigados em uma ação civil pública que apura supostas irregularidades em contratos do programa estadual de recuperação de estradas rurais conhecido como Melhor Caminho. A decisão foi proferida na segunda-feira (16) ao analisar recurso apresentado pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP).

O magistrado fixou a indisponibilidade de bens até o limite de R\$ 896.504,85, valor que corresponde ao possível prejuízo apontado na investigação. A medida tem caráter liminar e busca garantir eventual ressarcimento aos cofres públicos caso as irregularidades sejam confirmadas no processo.

A investigação apura aditivos de contratos assinados no apagar das luzes do governo de Rodrigo Garcia, então no PSDB, em dezembro de 2022, nos últimos dias da gestão estadual. As suspeitas de irregularidades foram apontadas pela própria Secretaria de Agricultura no início da gestão do governador Tarcísio de Freitas, do Republicanos.

Entre os réus da ação estão o ex-secretário estadual de Agricultura Francisco Matturro, servidores da pasta e uma empresa contratada para executar obras de recuperação de estradas rurais em municípios do interior paulista. Segundo o Ministério Público,



Aditivos firmados no final do governo Rodrigo Garcia são alvo de investigação sobre contratos

há indícios de irregularidades em aditivos contratuais firmados para obras vinculadas ao programa estadual.

A decisão atende parcialmente a um agravo de instrumento apresentado pela Promotoria após decisão anterior da Justiça que havia negado o bloqueio de bens. Ao reavaliar o pedido, o relator entendeu que há indícios suficientes para autorizar a indisponibilidade patrimonial enquanto a ação tramita.

De acordo com a pasta, alterações contratuais realizadas em

cerca de 150 contratos podem ter provocado prejuízo estimado em quase R\$ 50 milhões aos cofres do Estado. Os aditivos estariam relacionados a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelas empresas responsáveis pelas obras executadas em diferentes municípios paulistas.

Esse mecanismo permite ajustar valores de contratos públicos quando fatores externos elevam o custo de execução. No entanto, os promotores apontam que diversos pedidos teriam sido

apresentados de forma padronizada e sem justificativas técnicas suficientes.

Entre os argumentos utilizados pelas empresas estariam o aumento no preço do diesel, os impactos econômicos da pandemia de Covid-19 e reflexos da guerra entre Rússia e Ucrânia. Para os investigadores, porém, os fatores citados não explicariam os aumentos registrados em parte dos contratos analisados.

As suspeitas fazem parte de uma investigação mais ampla do Ministério Público sobre con-

tratos do programa Melhor Caminho, voltado à recuperação de estradas rurais em municípios paulistas.

Segundo os promotores, as apurações abrangem centenas de obras executadas em diferentes regiões do estado. Até o momento, já foram apresentadas 17 ações civis públicas relacionadas ao caso.

Entre as irregularidades apontadas estão medições de obras realizadas apenas com base em fotografias enviadas pelas empresas contratadas, sem vistoria presencial de fiscais. Em alguns casos, segundo o Ministério Público, a mesma imagem teria sido usada para comprovar a execução de serviços em municípios diferentes.

Também há relatos de estruturas improvisadas usadas para simular canteiros de obras. De acordo com os promotores, algumas empresas teriam montado cenários apenas para registrar fotografias e justificar medições de serviços que não teriam sido executados integralmente.

A decisão do Tribunal de Justiça determina ainda que os investigados sejam intimados a apresentar defesa no processo. O bloqueio de bens não representa condenação, mas medida cautelar para garantir eventual ressarcimento ao erário.

O caso segue em tramitação na Justiça paulista.

SP envia R\$ 22,7 milhões a 18 cidades atingidas pelas chuvas

Governo do Estado de SP

O Governo de São Paulo firmou convênios com 18 municípios para obras de redução de riscos e melhoria da infraestrutura em áreas vulneráveis. Ao todo, serão destinados mais de R\$ 22,7 milhões para intervenções voltadas à prevenção de desastres e ao aumento da segurança das comunidades.

Os investimentos fazem parte da Operação SP Sempre Alerta – Chuvas 2025/2026, iniciada em 1º de dezembro. Em pouco mais de três meses, a Defesa Civil já celebrou 28 convênios com municípios afetados, somando cerca de R\$ 28 milhões em obras de recuperação. Com os novos recursos, o total chega a R\$ 50,7 milhões.

Entre as intervenções previstas estão construção de pontes, travessias em aduelas, contenção de margens e limpeza e desasso-



Recursos são destinados a melhorias, construção e contenções

reamento de cursos d'água, estruturas que ajudam a melhorar o escoamento da água e reduzir riscos.

Os convênios contemplam cidades de diferentes regiões do estado, como Araçatuba, Baixada Santista, Itapeva, Marília, Presi-

dente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba.

Segundo o coordenador estadual de Proteção e Defesa Civil, coronel Rinaldo Monteiro, os investimentos buscam recuperar estruturas danificadas e ampliar a prevenção nos municípios.

Crescem internações de alta complexidade

O número de internações de alta complexidade aumentou 37,9% no estado de São Paulo entre 2022 e 2025. O avanço foi possibilitado pela Tabela SUS Paulista, iniciativa do Governo do Estado que amplia os repasses para hospitais do sistema público. Em dois anos, o programa destinou cerca de R\$ 9 bilhões à saúde.

Um dos procedimentos viabilizados pela iniciativa foi o de Roseli Pires Ferreira, de 62 anos. A aposentada realizou uma cirurgia urológica de correção de bexiga no Hospital Regional de Divinolândia, na região de São João da Boa Vista.

“É muito importante para a população. Antes às vezes me mandavam para fora, o que era muito difícil. É muito melhor operar perto de casa”, afirmou. Ela aguardava há anos pelo procedimento e não tinha

condições de realizá-lo na rede particular.

A cirurgia de Roseli integra o total de 1,3 milhão de procedimentos eletivos realizados em São Paulo em 2025, número 85,7% maior que o registrado em 2022. Desde 2023, o estado já contabiliza 3,5 milhões de cirurgias.

Com o reforço no orçamento, o Hospital Regional de Divinolândia, que atende moradores de 16 municípios da região, ampliou o número de atendimentos e reduziu a fila de espera.

Criada para corrigir a defasagem da tabela federal do SUS, a Tabela SUS Paulista permitiu aumentar o pagamento por procedimentos. Segundo o governo estadual, a medida possibilitou a abertura ou reativação de mais de 8 mil leitos hospitalares no estado.